

Demanda efetiva e salários: uma teoria sem mercado

Victor Hugo Klagsbrunn

Introdução. A construção e os limites do modelo teórico exposto na Teoria geral

Ao longo da Teoria geral do emprego, do juro e da moeda, Keynes desenvolve os elementos de um modelo abstrato de determinação dos níveis de emprego e de renda agregados, baseado em fatores expectacionais. Para tal ele define fatores dados, independentes e dependentes, sendo os últimos o que ele quer determinar.

No capítulo 18 Keynes resume, mais uma vez, a linha geral de determinação das suas variáveis dependentes a partir das independentes, segundo o que se deseja determinar, e a forma como ele pensa a utilização do seu modelo bem como sua relação com os dados da experiência concreta.

Nesta última parte fica evidente que Keynes objetiva a utilização do seu modelo apenas quando relacionado com dados vindos da experiência. O modelo formal, em si, não bastaria, nem lógica nem concretamente, para explicar o que se passa na realidade. Keynes pensa muito mais a contraposição entre o seu modelo e a experiência concreta como dois níveis a serem utilizados paralelamente e em constante realimentação mútua. Portanto, cada um destes níveis de análise não pode existir sem o outro.¹

Com isto não se está tentando retirar a importância que Keynes concedia ao seu modelo abstrato. Neste está resumida e sistematizada sua teoria sobre o emprego, o juro e o dinheiro.² O fato a ressaltar é que Keynes tinha uma concepção muito particular e rica sobre a relação entre a teoria e a realidade que ela se propõe a explicar. Segundo sua visão, a teoria parte de generalizações da experiência e constitui sua síntese³ e, ao mesmo tempo, é a realidade empírica absorvida pelo economista que coloca os limites e os intervalos de variação dos fatores independentes do modelo teórico. Deste modo, é possível avaliar se o modelo abstrato dá conta dos fenômenos observáveis da evolução econômica, sempre dentro do intervalo de variação concreta dos fatores independentes.

No modelo da Teoria geral as relações de causalidade são bastante simples e inequívocas, desde que se definam as variáveis independentes. Uma vez definidas estas, o nível de investimento realizado pelos empresários determina as demais variáveis do modelo, supondo-se sempre que as relações entre elas se mantenham conhecidas, mesmo quando varie um ou vários dos fatores considerados independentes.

Estas variações dos fatores independentes são dadas e limitadas pela experiência concreta. Dentro destes limites, o modelo de Keynes permite determinar teoricamente o nível geral de emprego. A análise crítica do princípio da demanda efetiva de Keynes evidencia, contudo, que esta cadeia de causalidades, construída para fundamentar a posição de Keynes, de que o nível de emprego

(1) A este respeito, veja-se Sardoni (1990).

(2) Isto fica, p.ex., explicitado ao introduzir o Cap.19 da Teoria geral, no qual Keynes analisa os efeitos das variações nos salários nominais: "Era impossível, entretanto, fazer um estudo completo desta questão, antes de ter exposto a nossa própria teoria, ..."

(3) "Every theory is based, at its roots, on empirical judgement. One tends to forget this: so antiseptic has theory become that it is natural to acquiesce to the view that the demand and supply functions that characterize our models are derived from rational behaviour postulates with no intervention on the part of the economist except to discover what rational behaviour entails. Empirical work in then channelled into evaluating the quantitative importance of the variables which enter the equations. Empirical judgement in fact enters much earlier: the very choice of aggregates, on which the formal structure of macroeconomics depends, must be decided on empirical grounds" (Chick, 1984:26). Para uma discussão sobre o método de análise na Teoria geral, veja-se Klagsbrunn (1993b:101-31).

depende a cada momento exclusivamente do nível de investimento, só pôde ser construída através da introdução de pressupostos simplificadores de aderência duvidosa à realidade na qual vivemos.⁴

O modelo abstrato assim construído determina, como se verá, pontos da evolução, determinados pela configuração dos diversos fatores independentes tomados em conjunto. Um destes fatores é a taxa média de salários nominais, determinada externamente ao modelo como resultado das negociações entre empregadores e assalariados. Conhecida a taxa de salários nominais e sendo o nível de emprego determinado a partir do investimento, pela aplicação do primeiro postulado da teoria neoclássica do salário, fica também determinado o nível de salários reais.

O princípio da demanda efetiva coloca a perspectiva da análise de Keynes, construída a partir das expectativas do empresário. É o ponto de partida de sua teoria e pré-requisito para o entendimento dela. A perspectiva *ex-ante* permite evitar as complicações decorrentes das injunções e conseqüências devidas às variações de mercado. Outros passos na derivação do princípio da demanda efetiva têm a mesma conseqüência de contornar os mercados, inclusive o mercado de trabalho.

1. O princípio da demanda efetiva: o ponto de partida da teoria de Keynes

Keynes introduz a idéia da demanda efetiva já no capítulo 3 da Teoria geral. Trata-se da primeira passagem na qual ele expõe de forma sistemática os fundamentos de sua visão mais geral do funcionamento do sistema capitalista. De fato, em seu corpo de idéias gerais o princípio da demanda efetiva é o princípio de tudo, como ele mesmo afirma.⁵

Vejamos como este princípio de tudo é definido, de modo bastante preciso, no capítulo mencionado.

“A quantidade de mão-de-obra *N* que os empresários resolvem empregar depende da soma (*D*) de *duas* quantidades, a saber: *D*₁, o montante que se espera seja gasto pela comunidade em consumo, e *D*₂, o montante que se espera seja aplicado em novos investimentos. *D* é o que chamamos antes de demanda efetiva” (Keynes, 1985:32) (grifos meus).

Ressalte-se que Keynes se refere à demanda esperada e não à realizada. Nos termos de uma polêmica que ele travou com alguns autores contemporâneos, após a publicação da Teoria geral, trata-se de demanda *ex-ante* e não *ex-post*.⁶ Possas (1986) critica com razão o fato de os motivos da adoção da ótica expectacional não terem sido apresentados na Teoria geral onde o “deveriam ser” (Possas, 1986:298).⁷

Keynes enfatiza, com razão, o fato de que no capitalismo o empresário é o agente social do qual, em última instância, dependem a produção e o movimento da economia. Seguindo esta linha de argumentação a produção destina-se a satisfazer a demanda que Keynes denomina efetiva, composta tanto do consumo quanto do investimento agregados. Keynes define ambos agregados como determinados exclusivamente pela ação dos empresários. Desta forma o seu modelo é construído a partir das decisões destes, tomadas com base no estado das suas expectativas.

Esta afirmação baseia-se nos seguintes pressupostos: a) o investimento é por definição uma decisão do empresário com base em sua expectativa de lucro futuro; b) o consumo dos indivíduos – de bens finais – é determinado pela renda distribuída, na forma de salários e lucros, pelos empresários – quando decidem investir e produzir. c) O consumo produtivo das empresas – gastos com insumos – é excluído da análise no nível agregado. A curva de demanda agregada fica assim determinada também exclusivamente pela decisão de ofertar no mercado.

(4) Para uma crítica fundamentada do princípio da demanda efetiva, veja-se Klagsbrunn (1993b:18-62).

(5) *This is the real starting of everything* (Keynes, 1987a: 423).

(6) Veja-se, por exemplo, Keynes (1987a:179 e segs.).

(7) Em Klagsbrunn (1993b, ítem 2.2) é apresentada a evolução do pensamento de Keynes até chegar à ótica *ex-ante* e é apresentada a tese de que tal empreitada foi muitas vezes tentada, sem que Keynes tivesse chegado a uma formulação coerente e satisfatória.

Para Keynes são as variáveis que partem do gasto do empresário, associadas às suas expectativas de lucro decorrentes de suas decisões de investir e de produzir, que determinam a renda e a demanda: “*For the proposition that supply creates its own demand, I shall substitute the proposition that expenditure creates its own income, i.e. an income just sufficient to meet the expenditure*” (Keynes, 1979:80-1). Ressalte-se que aqui o gasto está restringido apenas aos gastos dos empresários com o intuito de auferir lucro, quer dizer, gastos em investimento e em produção. Estes gastos implicam em distribuição de renda que, por sua vez, redundam em consumo, segundo uma proporção considerada estável, a propensão a consumir. Uma vez realizado o investimento, a produção decorre de modo direto, pois quaisquer dificuldades de venda não são consideradas relevantes ou, nos termos de Keynes, supõe-se que as expectativas de curto prazo sempre se realizam. Deste modo a produção está em uma relação unívoca com o investimento e a decisão-chave é a de investir. Estando todos os pressupostos necessários estabelecidos, Keynes julga-se em condições de analisar os efeitos de uma variação no nível de investimento agregado sobre as grandezas macroeconômicas, em especial a renda e o emprego, abstraindo dos demais fatores causadores de variações nas mesmas grandezas, que permaneceriam constantes no horizonte de tempo ao qual sua análise se restringe: o curto prazo.

Para Keynes trata-se, assim, da demanda *esperada* pelo empresário, diferente da demanda efetivamente realizada. Esta última seria, sem dúvida, a que se poderia denominar com mais propriedade a “efetiva” segundo o senso comum. Ou, como expressa Chick (1984:65): “*Effective demand is an unfortunate term, for it really refers to the output that will be supplied; in general there is no assurance that it will also be demanded.*”

A tese central embutida neste conceito de demanda efetiva é a igualdade entre oferta e demanda prevista em um único ponto de equilíbrio,⁸ no qual tanto a oferta quanto a demanda agregadas são definidas a partir da mesma decisão tomada pelo conjunto dos empresários, sem que obrigatoriamente ocorra uma situação de pleno-emprego. Ao conjunto dos empresários apresenta-se uma série de alternativas de oferta – a curva de oferta agregada – que se confronta com outra série de pontos de demanda agregada – a função de demanda agregada – associada diretamente às decisões de investir e de produzir. No ponto de interseção das duas curvas o empresário espera maximizar o seu lucro. Como este é o seu objetivo principal, ele escolherá o ponto correspondente para dimensionar seu investimento e sua produção. Todas as demais grandezas macroeconômicas, tanto do lado da oferta quanto da demanda, decorrentes desta decisão, são também determinadas *ex-ante*. O autor introduz o suposto de que as expectativas de curto prazo sempre se realizem, com o que exclui a possibilidade de que o mercado se desenvolva diferentemente do que os empresários esperam. Dito de modo mais preciso, as variáveis macroeconômicas são colocadas fora do contexto do mercado consumidor efetivo. Neste aspecto pouco adianta lembrar que Keynes se movimenta no horizonte de curto prazo, pois também no curto prazo a oferta nem sempre encontra uma demanda correspondente, em termos quantitativos e qualitativos. Assim sendo, o princípio da demanda efetiva, ao se colocar em um momento *ex-ante*, não comporta diretamente grandezas de mercado.⁹

De acordo com o princípio da demanda efetiva, um certo nível de oferta, definido a partir do investimento, determina univocamente via a renda e o consumo a demanda agregada. Tanto a oferta quanto a demanda agregadas, esta através do gasto dos empresários, são determinadas pela decisão de investir. Em qualquer nível de produção a oferta e a demanda agregadas são portanto dadas com base nas mesmas decisões do empresário. Por isto, para determiná-lo como ponto de equilíbrio – a demanda efetiva – impõe-se a necessidade de uma determinação a mais. Esta tem que ser dada por um suposto que leve à decisão de localizar a produção em um certo nível.

(8) Keynes contrapõe-se assim decididamente à Lei de Say segundo a qual oferta e demanda agregadas são iguais em qualquer momento.

(9) O mercado é excluído do modelo de Keynes, de forma conseqüente, em vários outros momentos de sua exposição, como por exemplo: ao utilizar os salários nominais como unidade de conta das grandezas em valor, Keynes estaria se livrando do mercado de trabalho (v. mais adiante); ao colocar a eficiência marginal do capital como dependente da expectativa de rendimento futuro dos bens de capital definida como variável exclusivamente psicológica, independente das vendas correntes..

Este é o sentido da premissa, introduzida sem qualquer justificativa no resumo do princípio da demanda efetiva no capítulo 3 da Teoria geral,¹⁰ de que a empresa trabalhe no ponto de rentabilidade máxima prevista. Este pressuposto é fundamental para se aplicar o método do equilíbrio, central na formulação de um modelo abstrato como o da Teoria geral, mas que pouca aplicação tem na realidade quando consideramos a empresa dentro do seu mercado real. No cotidiano as empresas trabalham em um nível de produção e emprego que está geralmente abaixo do lucro máximo. E ainda assim elas continuam empregando, mesmo que o lucro não seja máximo mas apenas considerado satisfatório. Este tipo de consideração sobre a realidade do mercado, contudo, não pertence ao modelo expectacional de Keynes, pois ele contorna todos estes problemas reais permanecendo no tempo *ex-ante*.

Porém, se por um lado o investimento é uma grandeza macroeconômica com determinantes expectacionais de longo prazo, os componentes da demanda final são associados a expectativas de curto prazo. Estas determinam a decisão de produzir, que é pela própria natureza diferente da decisão de investir. Para que possa continuar utilizando exclusivamente pressupostos expectacionais, que permitem determinar o seu modelo a partir da decisão de investir, Keynes adota a premissa de que as expectativas de curto prazo – quer dizer, de mercado, de demanda – sempre se realizam. Da mesma forma os custos de produção são os previstos pelos empresários, incluindo os gastos com salários.¹¹

Com isto confirma-se a exclusão do mercado de seu modelo, o que não deixa de ser problemático em termos da sua própria coerência interna, pois Keynes parte do conceito de preferência pela liquidez, elemento intrínseco a um sistema baseado na circulação monetária como é o capitalismo. Assim sendo, também os consumidores finais estão sempre diante da opção de gastar a sua renda ou não. Este problema Keynes resolve estabelecendo uma proporção conhecida, dada nos limites do curto prazo, da renda que é consumida: a propensão a consumir (v. mais adiante). Esta relação é ditada por características psicológicas da sociedade e sua determinação escapa, portanto, da análise econômica.

Com base no exposto, temos que concordar com Possas (1986) que salienta com muita propriedade:

“Demanda efetiva, portanto, é um conceito de demanda (no caso igualada à oferta) tal como prevista pelos agentes econômicos (empresários) que, detendo o comando sobre a produção, e tendo resolvido o *quê* e como produzir, decidem a cada período de produção, e tendo resolvido quanto produzir – e desta forma, o quanto empregar – dos recursos existentes. Em suma, ele é para Keynes um conceito pertinente ao confronto entre a ocupação dos recursos (através da produção) e sua alocação, e não ao confronto entre produção e realização” (Possas, 1986:297).¹²

Portanto, o conceito da demanda efetiva de Keynes está mais associado à oferta – decidida pelo empresário – do que à demanda social (real ou realizada) propriamente dita. Ao derivar a demanda agregada exclusivamente de decisões de oferta e partindo destas – especificamente da decisão de investir – para explicar o funcionamento da economia, podemos caracterizar a teoria de Keynes, que parte do princípio da demanda esperada dita efetiva, como uma teoria baseada na oferta, na qual também as variáveis relacionadas à demanda assumem papel de variáveis dependentes. Isto se refere também, por suposto, a grandezas como o consumo social, a demanda final e a massa salarial como seu principal componente.

No mesmo sentido Chick (1984:62) caracteriza o princípio da demanda efetiva como fundamentado no comportamento da firma, da seguinte maneira: “*the ‘level of output’ is determined by producers; thus the principle of effective demand rests on a model of firm’s behaviour.*”

(10) “Assim, o volume de emprego é determinado pelo ponto de interseção da função da demanda agregada e da função da oferta agregada, pois é neste ponto que as expectativas de lucro dos empresários serão maximizadas” (Keynes, 1985:30). Não há nenhuma justificativa em todo o texto da Teoria geral para este suposto de lucros máximos *ex-ante*. Amadeo (1992:150) relembra que para Keynes esta condição de otimização é o ponto de partida do que ele considerava ser a “Teoria geral do emprego”.

(11) “não há incerteza associada aos custos de produção”, conforme registra Amadeo (1992:150).

(12) No mesmo sentido, veja-se p.ex., Weintraub (1956:838).

“Both costs and demand rise with the volume of output, but for a time, so do profits. Firms are assumed to choose to produce whatever volume of output they believe will maximise their profits, given their cost estimate and demand forecasts, and they will hire just enough labour to enable them to produce that output. The principle of effective demand is the generalisation of this microeconomic proposition to the determination of output as a whole” (Chick, 1984:62-3) (grifos meus).

2. O enunciado do princípio da demanda efetiva na Teoria geral e seus desdobramentos

Vejam mais detidamente como Keynes apresenta seu modelo abstrato de determinação do nível de emprego na economia, no qual ele faz uma série de simplificações e suposições com o objetivo de torná-lo determinado a partir da decisão de investir.

O capítulo 3 da Teoria geral inicia diferenciando custo de fatores do custo de uso do emprego em questão. O primeiro inclui o que o empresário paga aos fatores de produção com a importante ressalta de que excluiria o que ele “paga a outros empresários”.

Estes últimos gastos ele chama de custo de uso do emprego em questão.¹³ A grandeza restante da atividade empresarial constitui o lucro: “a diferença entre o valor da produção resultante e a soma do custo de fatores e do custo de uso”. “O custo de fatores e o lucro formam, juntamente, ... a *renda total* resultante do emprego oferecido pelo empresário” (Keynes, 1985:29).

Ainda na fase de definições, Keynes reforça o princípio próprio do capitalismo, de que o lucro assim definido é, “como deveria ser, a quantia que ele procura elevar ao máximo quando está decidindo qual o volume de emprego que ele deve oferecer”. Ao passar para o nível agregado, o autor afirma ser por vezes conveniente, “quando se trata do problema da ótica do empresário (grifo meu) chamar a renda agregada de *produto* deste nível de emprego (Keynes, 1985:29).

Ao considerar o preço da oferta agregada da produção, iguala-o ao produto esperado. Na nota de rodapé correspondente, o autor chama a atenção, com muita precisão, que ao assim proceder está deliberadamente excluindo o custo de uso do preço da oferta agregada. Vejam esta passagem para o nível agregado com mais cuidado.

Sem lugar à dúvidas, para o empresário individual são relevantes todos os seus custos: o seu preço de oferta não inclui só seu custo de fatores mas todos os custos – o que Keynes chama de custos primários – incluindo aquilo que ele paga aos outros empresários. “Podemos, então, definir a *renda* do empresário como a diferença entre o valor da sua produção acabada, vendida durante o período, e o custo primário” (Keynes, 1985:48).

A passagem para o nível agregado, realizada na frase seguinte, embute, no entanto, alguma dificuldade não problematizada. “Conseqüentemente, como a renda do resto da comunidade é igual ao custo de fatores do empresário, a renda agregada é igual a $A - U$ ” (Keynes, 1985:48) (sendo A o total de vendas e U o custo de uso)

O que ditou a necessidade desta simplificação, segundo Keynes, foi o objetivo de se definir a renda “como quantidade completamente inequívoca”, (Keynes, 1985:48) ou seja, para excluir a múltipla contagem dos custos de uso, impedindo que o valor da produção de uma empresa que produza bens que vão se integrar nos custos de produção de outra, seja contado duas ou mais vezes na contabilidade da produção nacional: uma vez na produção de insumos e outra como parte do preço do produto acabado. Desta forma, o custo de uso é contado como parte do custo primário do empresário individual mas não o é em termos sociais.¹⁴

Com a exclusão do custo de uso da análise no nível agregado perde-se de vista, contudo, a conexão e a inter-relação entre os vários tipos de produtores, o que Marx chamou de relação entre os

(13) O custo de uso é definido de modo mais preciso no Apêndice Sobre o Custo de Uso, Keynes (1985: 555-60), e nem por isto menos contraditório, mantendo o mesmo princípio básico de excluir da renda agregada os pagamentos feitos a outros empresários. As conseqüências desta exclusão são analisadas mais adiante.

(14) Veja-se, a este respeito, Barrere (1988:36-9), que se propõe a avaliar a diferença que este tratamento a nível agregado faz em termos teóricos.

departamentos da economia. Sem esta, não é possível fazer uma análise dinâmica das relações entre as variáveis mais importantes da economia em funcionamento. Uma análise dinâmica teria que considerar também a possibilidade de que expectativas de curto prazo não se realizem, o que está intimamente relacionado não apenas com as possíveis discrepâncias entre produção e consumo final mas também com as relações entre empresários, já que a demanda dos produtores de bens de capital e de insumos depende das encomendas de outros empresários. Com a exclusão do custo de uso da oferta agregada esta possibilidade de discrepância não pode ser problematizada, embora seja da maior relevância no dia-a-dia dos empresários. Keynes dá assim mais um passo – necessário para alcançar seus objetivos – para a exclusão do mercado nas suas considerações referentes ao curto prazo. Deste modo o consumo agregado é reduzido, por conveniência do modelo, ao consumo final. Este, por seu turno, é expresso em termos da demanda efetiva, como se mostra no próximo ponto.

Resumindo, a oferta agregada de equilíbrio é determinada em termos expectacionais ao definir, ao mesmo tempo, o ponto de demanda agregada no qual o lucro dos empresários é maximizado. O modelo só fica determinado ao excluir qualquer característica do mercado que não fosse já prevista. A economia funcionará portanto, nos termos do modelo apresentado por Keynes, no ponto de lucro máximo que, em termos agregados, não garante o pleno-emprego.

3. O papel desempenhado pela demanda e pelos salários no modelo abstrato apresentado na Teoria geral. A propensão a consumir

Conforme desenvolvido acima, a ótica da demanda efetiva parte da oferta, considera-a igual à demanda esperada no ponto de equilíbrio no qual o empresário maximiza seu lucro esperado. O pressuposto necessário é que, a curto prazo, a demanda esperada seja igual à realizada. O objetivo evidente é o de apresentar os níveis de produção e de emprego como determinados exclusivamente pelo investimento e pela propensão a consumir.

No entanto, com base na mera definição da demanda efetiva, os supostos apresentados até aqui não excluem um certo caráter autônomo do consumo. Os consumidores finais sempre podem optar entre manter dinheiro ou gastá-lo, segundo o princípio da preferência pela liquidez. Portanto, realizado um dado nível de investimento, o consumo social ainda não é função exclusiva daquele. O tratamento dado por Keynes ao consumo persegue o mesmo objetivo de colocá-lo dependente exclusivamente do investimento e da demanda esperada pelo empresário.

“A função da demanda agregada relaciona determinado volume de emprego com o produto das vendas que se espera realizar desse volume de emprego” (Keynes, 1985:71). O produto das vendas distribui-se em consumo e investimento, tendo o consumo sido anteriormente definido como tudo que não é comprado pelos empresários, portanto excluindo o consumo produtivo (p.52).

3.1. A propensão a consumir: suas determinações e suas conseqüências

Com o objetivo de definir a função que relaciona o consumo C a um certo emprego N , Keynes apela mais uma vez para a “conveniência” operando “com uma função ligeiramente diferente, ou seja, a que relaciona o consumo, medido em unidades de salário (C_w), com a renda (Y_w), correspondente a certo volume de emprego N ” (Keynes, 1985:71). Keynes reconhece que Y_w não é uma função unívoca de N , mas afirma ser aceitável a substituição desta última por aquela, por constituir uma boa aproximação da mesma (p.71-2).

Esta aproximação não é neutra. Ao substituir o emprego pela renda, seu indicador imperfeito mas aceitável segundo Keynes, o consumo em termos absolutos poderá também ser definido em função da produção, já que a renda depende integralmente dela. Além disto, ao

expressar, sem maiores explicações, todas as variáveis em termos de unidade de salários nominais Keynes mais uma vez elimina o mercado, desta vez o de trabalho, de seu modelo.¹⁵

A relação que expressa o consumo em função da renda agregada *ex-ante* é definida como a propensão a consumir: “o gasto que, para o consumo, se toma do dito nível de rendimento” (Keynes, 1985:72). Esta proporção do rendimento que é gasta em consumo constitui uma das variáveis psicológicas independentes do modelo de Keynes que, portanto, escapa da análise propriamente econômica.¹⁶

Aceita a ótica da demanda efetiva, como exposta acima, o procedimento parece coerente: o consumo dos indivíduos, embora na realidade constitua elemento relativamente autônomo da demanda social por depender do nível de salários e de emprego além da preferência pela liquidez dos consumidores, aparece como determinado pela oferta (produção e emprego). No modelo da Teoria Geral, a propensão a consumir, a preferência pela liquidez e os salários nominais são definidos como fatores independentes, cujas situações portanto são dadas em cada ponto da evolução econômica. Assim, através da aplicação de uma relação definida como estável (a propensão a consumir) entre consumo e renda, em lugar do consumo em termos absolutos aparece sua participação na renda social, podendo assim ser expresso como uma proporção da mesma.

Em conseqüência, o nível de emprego fica determinado pelo nível de investimento e pela oferta agregada que determina, por sua vez, a renda e, através do elo de transmissão da propensão a consumir, também o consumo e a demanda agregados (Keynes, 1985:33). Destes apenas a propensão a consumir, embora seja caracterizada como psicológica, continua dependendo de grandezas objetivas de demanda.¹⁷

Este fato é reconhecido por Keynes. Após enumerar tantos fatores objetivos (os subjetivos são analisados em capítulo à parte) que a afetam, Keynes conclui que “em determinada situação (qual?), a propensão a consumir pode ser considerada uma função relativamente estável desde que tenhamos eliminado as variações na unidade de salário em termos de moeda” (Keynes, 1985:74-5) (grifo meu).

Isto é o mesmo que afirmar que a propensão a consumir não é estável, porque nada indica que, na realidade, a unidade média de salários nominais seja constante, nem mesmo no curto prazo. Por isto Keynes se vê forçado a construir um modelo no qual os salários nominais são dados, determinados exogenamente, com todas as suas conseqüências.¹⁸ Assim, ao resumir a Teoria geral do emprego, no Cap.18 da Teoria geral, Keynes considera a taxa de salários nominais como um fator independente. Fixando mais este elemento, o modelo termina por referir-se, na prática, a um ponto determinado da evolução, tornando-se, por isto, ainda mais estático.¹⁹

Só assim, na Teoria geral, Keynes pôde admitir que a Propensão a Consumir é uma função bastante estável (Keynes, 1985:75) se os salários nominais variassem, a variação do consumo final, por um lado, e a da renda, por outro, daí resultantes seriam diferentes, já que os salários incidem com pesos diferentes em cada um deles. Com isto, a relação – a propensão a consumir – entre as duas

(15) “As noted, reference to wage-units as numeraire allowed elimination of the labour market.” (Kregel 1988:254). É este recurso que permite construir o modelo sem maiores preocupações com a determinação dos salários nominais, que passam à condição de variável independente, determinada exogenamente. Sobre a questão, ver Keynes (1985, cap.18); Weintraub (1956; 1979).

(16) Veja-se, a respeito o Cap.18 da Teoria geral, Keynes (1985).

(17) Keynes enumera os seguintes fatores objetivos que afetam a propensão a consumir: a distribuição de renda, a unidade de salários, variação na diferença entre renda e renda líquida, variações nos valores de capital não considerados no cálculo da renda líquida, variações na taxa intertemporal de desconto, variações na política fiscal, modificações das expectativas acerca da relação entre os níveis presentes e futuros da renda. Ver Keynes (1985, cap.8).

(18) Vejam-se, a respeito as agudas observações de Kalecki (1987:138), e a análise da determinação dos salários nominais em Keynes, mais adiante.

(19) Na verdade o modelo refere-se sempre a pontos da evolução econômica, definidos em um espaço multidimensional. A dinâmica é deixada por conta da variação dos fatores independentes, ficando assim externa ao modelo de determinação. Sobre o caráter estático do modelo de Keynes, veja-se Klagsbrunn (1993b:101-31, item 2.5).

variáveis não seria dada e sim indeterminada, apresentando-se como uma função desconhecida e dependente de tantos fatores objetivos e subjetivos, além da própria renda agregada. Portanto, não seria mais possível colocar o consumo como uma função conhecida da renda social, do produto e, por fim, do nível de investimento. É evidente que se trata de um artifício meramente formal. A propensão a consumir só é estável porque não consideramos a variação dos salários nominais dentro do modelo, mas fora dele. O artifício não muda nada na realidade que o modelo se propõe a retratar: nem por isto os salários nominais ficam estáveis, tampouco a propensão a consumir. No entanto a estabilidade desta última relação é indispensável para passar-se univocamente da esfera da renda para a do consumo.

Da propensão a consumir como uma função estável e conhecida, por seu turno, define-se também o conceito de multiplicador de investimento, desenvolvido no Cap. 10 da Teoria geral. Essa relação definida e precisa – mas não necessariamente constante – “entre o fluxo de investimento e os volumes agregados do emprego e da renda” baseia-se no suposto de uma relação estável e conhecida entre consumo e renda e é ela que permite que, a partir de uma variação inicial no nível de investimento, se determinem a renda e o emprego.

3.2. A determinação dos salários reais em Keynes

Se, por um lado, os salários nominais são considerados como fator independente e exógeno, cuja importância para o modelo exposto na Teoria geral é inegável, os salários reais são apresentados como totalmente determinados a partir do princípio da demanda efetiva. Eis a linha argumentativa.

Uma variação do nível de investimento leva, seguindo os passos do modelo de Keynes, a uma variação da renda e do emprego através da função do multiplicador de investimento. Para passar do emprego, assim definido, para o nível de salários reais Keynes recorre ao primeiro postulado da teoria neoclássica do emprego, segundo o qual o salário é igual à produtividade marginal do trabalho: “A cada volume de N [nível de emprego] corresponde certa produtividade marginal da mão-de-obra empregada, e é isto que determina o salário real” (Keynes, 1985:32).²⁰

Embora o objetivo do modelo não fosse a determinação do salário real mas sim chegar ao nível de emprego, partindo-se deste último, seguindo o princípio da demanda efetiva, a mesma configuração de fatores independentes que determina o emprego também fixa o nível de salários reais, desde que se aplique o primeiro postulado sobre os salários. Como se pode observar, a aceitação do primeiro postulado é indispensável para a determinação dos salários no modelo de Keynes.²¹

Ressalte-se que também o salário real, deste modo, foi determinado aparentemente sem levar em conta o mercado de trabalho e o nível de salários nominais. Para tal o primeiro passo foi considerar estes últimos como fator independente, determinado exogenamente. Mas, além disto, tornou-se necessário aplicar outro procedimento formal: tomar os salários nominais como unidade de

(20) Veja-se, também: “*Implicit at the level of individual firms is the equating of the marginal value product of labor to the money wage w , since firms are presumed to be hiring factors in accordance with the condition of profit maximization at the emergent proceeds-level $Z1$. Without the equation of marginal value product and factor price (under pure competition) the equilibrium would be incomplete*” (Weintraub, 1956:841).

(21) Chick (1984:159 e segs.) reconhece alguma insuficiência teórica com referência ao primeiro postulado da teoria neo-clássica e conseqüentemente rejeita-o enquanto princípio geral. A autora aponta a consequência, indicada acima, de que sem ele “*there is no unique relationship between N and w* ” (p.161). Ao imputar corretamente esta consequência ao método estático de exposição de Keynes (p.162), Chick, em seu esforço de não ficar na indeterminação termina podendo apelar unicamente para a história. A passagem reflete bem a dificuldade de tratar o tema sem uma teoria de salários mais sólida e racional: “*But that is an indictment of the method, not an indictment of the present conclusions: w and N are determined, partly by demand and supply broadly interpreted and partly, as anyone with common sense would expect, by history*”(p.162).

conta das variáveis em valor. Com isto Keynes livra-se de considerar o mercado de trabalho, como visto acima. O modelo consegue assim determinar o nível de salários reais a partir dos supostos do modelo, mas às custas de simplificações e supostos que não são auto-explicativos.

3.3. Salários e demanda agregada no modelo de Keynes

Keynes parte da crítica à teoria neoclássica, de que os salários não devem ser considerados apenas como custos mas também como componente da demanda agregada. Como o próprio Keynes indica, Marx já havia salientado este aspecto contraditório inerente aos salários na sociedade capitalista. Paradoxalmente, contudo, o tratamento formal dado por Keynes a esta contradição levou-o a admitir simplificações que o encaminham em direção oposta àquela buscada inicialmente. O consumo, derivado em sua maior parte dos salários, dentro da ótica da demanda expectacional, é apresentado, então, como totalmente determinado pela decisão de ofertar, excluindo a incerteza quanto à demanda real. Além disto, o consumo entra no modelo como uma função da renda social. O papel do consumo como componente da demanda é reconhecido, mas sua determinação dá-se exclusivamente pelas decisões dos empresários de investir e produzir, retirando-lhe qualquer autonomia com relação à oferta. As incertezas do mercado são radicalmente excluídas do modelo, levantando dúvidas de peso quanto à sua aplicabilidade.

O problema típico e cotidiano de qualquer empresa de não saber, a priori, quanto venderá efetivamente não é tematizado por Keynes, ao considerar as expectativas de curto prazo como sendo sempre realizadas. Se, por um lado, o modelo de Keynes serve para ilustrar uma posição contrária à Lei de Say, por outro, devido aos supostos simplificadores adotados, não parece ser aplicável na análise da realidade concreta, com todas suas determinações e inter-relações complexas.

Resta, além disto a questão, algo contraditória no próprio modelo, de considerar os salários nominais como variável independente, separando-os completamente da análise dos salários reais, embora os dois conceitos estejam, é óbvio, intimamente relacionados. Afinal de contas, os salários reais nada mais são do que os salários nominais expressos em quantidade de bens que o salário tem o poder de comprar.

As contradições apontadas estão na origem de uma vasta discussão a respeito dos salários nominais em Keynes e colocam em dúvida a possibilidade de analisar o mercado de trabalho com este instrumental teórico. Por outro lado, nunca é demais enfatizar a importância concedida por Keynes à taxa de salários nominais como fator de formação de custos e de preços. É ela que certamente o levou, inclusive, à sua utilização como unidade de conta de todas as variáveis econômicas expressas em valor. Devido à sua importância, considerar os salários nominais como determinados exogenamente ao modelo, deixa uma grave lacuna na teoria de Keynes, e Weintraub (1979) tem toda razão ao considerar a lacuna como inaceitável. Metodologicamente mais inaceitável ainda é a exclusão do mercado em quase todas as instâncias do modelo teórico de Keynes.

Victor Hugo Klagsbrunn é Professor Titular do
Departamento de Economia da
Universidade Federal Fluminense - UFF.

Bibliografia

AMADEO, E. Sobre salários nominais: as críticas keynesianas e monetaristas à abordagem de Keynes sobre o mercado de trabalho. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.16, n.2, p.309-20, ago. 1986a.

_____. Salários reais e nível de emprego: uma nota sobre causalidade. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v.7, n.2, p.133-42, 1986b.

- AMADEO, E. A revolução keynesiana e a análise do multiplicador. In: FALCÃO SILVA, M.L., org. *Moeda e produção: teorias comparadas*. Brasília: Ed. UnB, 1992. p.139-62.
- CHICK, V. *Macroeconomics after Keynes: a reconsideration of the general theory*. 2nd.print. Cambridge Mass.: MIT Press, 1984.
- DUTT, A.K. Expectations and equilibrium: implications for Keynes, the neo-ricardian keynesians and the post keynesians. *Journal of Post Keynesian Economics*, v.14, n.2, 1992.
- KALECKI, M. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas*. São Paulo: Hucitec, 1987a.
- _____ Algumas observações sobre a teoria de Keynes. *Literatura Econômica*, v.9, n.2, p. 137-46, jun. 1987b.
- KEYNES, J.M. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- _____ The general theory and after. Part I - Preparation. In: THE COLLECTED writings of J.M.Keynes. London: Macmillan/Cambridge Univ. Press for The Royal Economic Society, 1987a. v.13.
- _____ The general theory and after. Part II - Defence and development. In:THE COLLECTED writings of J.M.Keynes. London: Macmillan/Cambridge Univ. Press for The Royal Economic Society, 1987b. v.14.
- KLAGSBRUNN, V.H. *O princípio da demanda efetiva (a esperada): porque e para que*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense. Departamento de Economia, 1993. (Texto para Discussão, n.90)
- _____ *Demanda, salários, emprego e investimento - Uma discussão sobre conjuntura econômica e ciclo industrial a partir de Keynes, Marx e Schumpeter*. Niterói, RJ: Faculdade de Economia e Administração, 1993b. (Tese de Professor-Titular).
- KREGEL, J.A. Economic methodology in the face of uncertainty: the modelling methods of Keynes and the post-keynesians. *Economic Journal*, v. 86, p. 209-25, jun. 1976.
- _____ Lessons from Keynes "general theory" - The effective demand approach to employment and inflation analysis. *Journal of Post Keynesian Economics*, v.10, n.1, p.133-45, 1987.
- _____ The multiplier and liquidity preference: two sides of the theory of effective demand. In: BARRÈRE, A., ed. *The foundations of keynesian analysis*. New York: 1988. p.231-50.
- MARX, K. *O capital*. Livros I e II. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- POSSAS, M.L. Para uma releitura teórica da teoria geral. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.16, n.2, p. 295-307, ago. 1986.
- SARDONI, C. Chapter 18 of the general theory: its methodological importance. *Journal of Post Keynesian Economics*, v. 12, n.2, p. 293-307, 1990.
- WEINTRAUB, S. A macroeconomic approach to the theory of wages. *American Economic Review*, v. 46, n.5, p.835-56, dec. 1956.
- _____ The missing theory of wages. *Journal of Post Keynesian Economics*, v.1, n.2, p.59-78, 1979.